



## O papel institucional da imprensa na Nova República brasileira pela visão de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

Thaíze Ferreira da LUZ<sup>1</sup>

### Resumo:

Este artigo tem por objetivo fazer uma análise, ainda que introdutória, sobre o papel institucional da imprensa brasileira durante o período de transição democrática e implantação da Nova República identificando a mudança de postura desses periódicos em momentos distintos da História do Brasil, ou seja, analisar o discurso empregado por essas folhas na defesa do golpe civil militar de 1964 e posteriormente, um discurso de defesa de liberdades e garantias individuais na transição democrática. Nossa análise documental foi feita a partir do discurso presente nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* e bibliografia de apoio, tendo como marco temporal a implantação regime autoritário em março e abril de 1964 e, posteriormente os anos de 1988 e 1989, já na transição democrática. Preliminarmente nossos resultados indicam que em ambos os casos a justificativa dos jornais analisados foi a mesma: a defesa de interesses públicos.

**Palavras-chave:** Papel institucional da imprensa brasileira. Redemocratização. *O Globo*. *O Estado de S. Paulo*. Eleições de 1989.

## The institutional role of the press in the Brazilian New Republic from a viewpoint of *O Globo* and *O Estado de S. Paulo*

255

### Abstract:

This article aims to make an analysis, albeit an introductory one, on the institutional role of the Brazilian press during the period of democratic transition and implantation of the New Republic, identifying the change in posture of these periodicals at different moments in the history of Brazil, that is, analyzing the speech used by these sheets in defense of the 1964 military coup and later, a speech in defense of individual freedoms and guarantees in the democratic transition. Our documentary analysis was based on the discourse present in the newspapers *O Globo* and *O Estado de S. Paulo* and supporting bibliography, with the implementation of the authoritarian regime in March and April 1964 as a milestone, and later the years 1988 and 1989, already in the democratic transition. Preliminarily our results indicate that in both cases the justification of the analyzed newspapers was the same: the defense of public interests.

**Keywords:** Institutional role of the Brazilian press. Redemocratization. *O Globo*. *O Estado de S. Paulo*. The 1989 elections.

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: thaizefl@gmail.com.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.





## El papel institucional de la prensa en la Nueva República brasileña a través de la visión de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

### Resumen:

Este artículo tiene como objetivo hacer un análisis, aunque sea introductorio, sobre el papel institucional de la prensa brasileña durante el período de transición democrática y la implementación de la Nueva República, identificando el cambio de postura de estas publicaciones periódicas en diferentes momentos de la historia de Brasil, analizando el discurso utilizado por estas hojas en defensa del golpe militar de 1964 y más tarde, un discurso en defensa de las libertades individuales y las garantías en la transición democrática. Nuestro análisis documental se basó en el discurso presente en los periódicos *O Globo* y *O Estado de S. Paulo* y la bibliografía de apoyo, con la implementación del régimen autoritario en marzo y abril de 1964 como un hito, y más tarde los años 1988 y 1989, Ya en la transición democrática. Preliminarmente, nuestros resultados.

**Palabras clave:** Papel institucional de la prensa brasileña. Transición democrática. *O Globo*. *O Estado de S. Paulo*. Elecciones de 1989.

### Introdução

O objetivo deste trabalho está em fazer uma análise, ainda que introdutória, do papel institucional que a grande imprensa brasileira assume em especial, os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, a partir de 1985, com a reabertura dos direitos políticos, sociais e civis no Brasil.

Para esta análise, levamos em consideração alguns aspectos anteriores, verificando os caminhos percorridos por essa mesma grande imprensa, tomando como marco a década de 1950, momento no qual uma nova fase do modelo de fazer jornalismo no padrão norte-americano passa a vigorar no Brasil. Há a adoção da profissionalização do jornalismo no país e a transição (ainda que não hegemônica em todos os veículos de comunicação) do estilo político-literário para o informativo, culminando com a formação de empresas jornalísticas, cujos jornais em questão, são exemplos.

Este trabalho foi produzido a partir de resultados parciais de nossa pesquisa de doutorado, a qual analisa a postura institucional dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* durante a transição democrática e primeiro governo da Nova República. Entretanto, para entender a postura assumida pelos jornais, é necessário conhecer sua trajetória, grupo empresarial e/ou família a que pertence, com o objetivo de identificar possíveis interesses que possam assumir. Assim, fizemos uma revisão da historiografia especializada, a partir



da década de 1950, momento em que os periódicos analisados passaram por mudanças estruturais e editoriais.

### **A profissionalização do jornalismo e a consolidação da empresa jornalística no Brasil**

No início do século XX, os investimentos tecnológicos chegaram ao país, porém, foi a partir da segunda metade daquela centúria que a preocupação com a busca pelo ideal de objetividade jornalística trouxe mudanças profundas nas redações dos jornais, fazendo com que eles se tornassem mais profissionais. A partir de 1950, a imprensa brasileira passa a adotar mais elementos do modelo norte-americano de se fazer jornalismo (RIBEIRO, A.P., 2003).

A busca pelo ideal de objetividade na produção da notícia acabou criando as bases para a transformação do jornalismo em um negócio, formando-se assim, “um consenso em torno da centralidade do mercado como instância reguladora dos interesses e demandas sociais” (SILVA, 2005, p. 89).

Nesse cenário, alguns veículos de comunicação assumiram posturas empresariais, formando, posteriormente, grandes conglomerados midiáticos (jornais, revistas, rádio, televisão e internet) e ficando conhecidos como os representantes da grande imprensa brasileira. Entendemos como “grande imprensa brasileira” a definição a seguir:

Classificação que delimita o campo de atuação de uma imprensa, e que serve para distingui-la das outras – a média e a pequena, cujos vínculos com a comunidade são diretos, enquanto que a grande imprensa só mantém indiretamente. Isso quer dizer que uma pequena ou média imprensa é mais comprometida socialmente que a grande imprensa, cuja natureza está voltada para interesses globais, determinados e compatíveis com as suas relações prioritárias: governo e outros escalões do poder, instituições decisórias, complexos industriais, etc. Divisão que caracteriza os veículos com elevada receita publicitária, tiragens altas, prestígio editorial, avançada tecnologia, penetração política, social e econômica, de modo que são locais apenas na origem, mas de referência nacional e reconhecimento internacional (BAHIA, 2015, p. 61).

A partir da introdução de novas tecnologias, as redações passaram a operar de forma mais dinâmica, incluindo elementos que possibilitaram a adoção de um modelo de jornalismo, capaz de expressar-se como “um lugar de produção de informação neutra e



atual” (BARBOSA, 2007, p. 26-31). As pautas dos jornais passaram a ser alteradas muito próximo das matérias serem rodadas em suas redações, ampliando-se o prazo para a inclusão de novos dados, possibilitando que elementos de última hora fossem acrescentados, garantindo “o furo jornalístico” (BARBOSA, 2007, p. 26-31).

Verifica-se a inclusão gradual, na imprensa brasileira, de elementos característicos do modelo jornalístico norte-americano: reportagens informativas; a neutralidade dos órgãos de imprensa; a importância transferida ao papel do repórter; a velocidade na propagação das notícias e a riqueza de detalhes dessas notícias (SCHUDSON, 2010).

Além disso, o *layout* dos jornais sofreu significativa mudança, tornando-se mais atrativo: disposição dos textos, inclusão da digitação do texto em pirâmide, de forma que as informações essenciais fossem encontradas logo no início da leitura, entre outras alterações. Para essa transformação, as empresas jornalísticas introduziram manuais de redação e investiram em tecnologia. Assim, foram definidas as especificidades de cada jornal. Esses manuais, a partir de uma padronização dos textos, acabaram conferindo a cada periódico uma identidade (RIBEIRO, A. P., 2003).

Outro fator importante na adoção do modelo empresarial jornalístico foi a profissionalização do repórter. A ideia central era fazer com que o jornalismo deixasse de ser “um bico, criando-se o sentimento de categoria profissional” (RIBEIRO, A. P., 2003, p. 313). Ainda na Era Vargas, surge a primeira base legal para a regulamentação da profissão de jornalista, com o Decreto 5.480/1943 que instituiu o Curso de Jornalismo no Brasil (BRASIL, 1943), embora o primeiro curso passe a funcionar efetivamente apenas em 1947. Além dessa regulamentação, paralelamente, a representação da categoria de jornalistas, por meio de sindicatos e associações, possibilitou uma valorização da profissão, estabelecendo o pagamento de melhores salários e, conseqüentemente, a formação de mão de obra mais especializada e dedicada (RIBEIRO, L., 2004).

Diante desse quadro evolutivo da imprensa brasileira, descrito brevemente, percebemos o gradativo abandono do modelo francês de imprensa (político-literária), assumindo características do modelo norte-americano. Passaremos, a seguir, a analisar o papel institucional assumido por dois representantes da grande imprensa no Brasil, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, no período conhecido como redemocratização.





### Os jornais *O Globo* e o *Estado de S. Paulo* e o papel institucional como voz do povo na redemocratização do país

Os jornais escolhidos para análise são, em sua origem, conservadores, assumindo posteriormente uma postura neoliberal.

O jornal *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho em 1925. Nas palavras de seu fundador, um jornal classificado como “um veículo vibrante, moderno, identificado com a cidade e o seu povo” (MARINHO, 2013). É um jornal diário de notícias, com circulação nacional e atualmente, nas formas impressa e digital. Até 1962 funcionava como vespertino, passando a partir daí a ser matutino. A partir da década de 1950, especialmente após o retorno de Getúlio Vargas à presidência do país, assume uma postura neoliberal, defendida até os dias de hoje em suas páginas, sendo um dos jornais com maior tiragem no país (LEAL; MONTAVÃO, 2009).

O jornal o *Estado de S. Paulo* foi fundado ainda durante o Brasil Imperial, a 04 de janeiro de 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*. Sua fundação esteve ligada a um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, cujos objetivos eram combater a monarquia e a escravidão. Assim, surgia a linha principal de seu editorial: “fazer da sua independência o apanágio de sua força” (FUNDAÇÃO..., 1875, p. 2). É o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo, passando a chamar-se *O Estado de S. Paulo* em 1890, com a nova nomenclatura para as unidades da federação (PONTES, 2017).

Os periódicos são dois representantes da grande imprensa brasileira e, a partir da década de 1950, assumiram paulatinamente uma postura empresarial. Suas redações passaram a introduzir novas técnicas redacionais. Essas medidas garantiram aos dois veículos um crescimento significativo, sobretudo entre os anos de 1950–1970, que lhes possibilitaram a capacidade de se tornarem importantes formadores de opinião.

Analisando a trajetória desses jornais, verificamos que em nome da defesa dos interesses públicos, eles assumiram diferentes posições, apoiando, por exemplo, o golpe civil militar de 1964 e, anos depois, a reabertura política em 1985. A defesa de modelos tão antagônicos causa estranheza e torna necessária uma reflexão sobre os motivos que levaram esses periódicos a seguir tais posturas.





Em um primeiro momento, podemos ser induzidos em achar contraditória a posição dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, pois apoiaram um golpe militar e posteriormente, defenderam o retorno da democracia e das liberdades civis, sociais e políticas. Porém, o fator em a esses dois contextos distintos, é a defesa de interesses das empresas jornalísticas e dos públicos dessas empresas jornalísticas, representadas pelas elites empresariais do Brasil.

Tanto na passagem do governo de João Goulart para o início do regime autoritário de 1964, quanto na passagem do fim do período militar em 1985 para a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, podemos verificar que os dois veículos de comunicação possuíam um inimigo em comum: *o inimigo vermelho* ou *perigo comunista*. Porém, por trás desse inimigo, havia o interesse na defesa de mudanças que possibilitassem o desenvolvimento econômico do país.

O governo de João Goulart, último presidente do Brasil antes de 1964, era responsabilizado por incluir o comunismo no país, o que desagradava uma parcela da elite brasileira. A intenção de expandir direitos sociais e trabalhistas, diminuir a desigualdade social, acabaram sendo vistas como uma intenção de implantar o comunismo no Brasil.

Assim, parte da grande imprensa brasileira, representada neste estudo pelos periódicos citados, passou a encampar ideias que viam as práticas populares como entraves ao crescimento empresarial. “Esses periódicos tinham grande influência entre o empresariado e a classe média das duas principais cidades brasileiras, grupos importantes na formação de uma ‘opinião pública’ nacional” (NAPOLITANO, 2017, p. 348).

A partir daí os periódicos *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* passaram a apoiar as manifestações populares que, em *nome da democracia*, exigiam que o controle político do país fosse para as mãos dos militares. Em sua edição de 20/03/1964, o jornal *O Globo* traz ampla cobertura da manifestação popular, intitulada “Marcha da Família e com Deus, ocorrida na cidade de São Paulo”. Na capa, as principais manchetes davam apoio à população e aos militares:

SÃO PAULO DE PÉ EM DEFESA DA DEMOCRACIA: São Paulo parou para acompanhar a grandiosa ‘Marcha da Família’, que teve participação de delegações de todo interior do estado e de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Brasília, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina, Bahia e Guanabara. Em todos os discursos ficou patenteada a disposição do





povo brasileiro de defender sua liberdade e sua fé religiosa (MARCHA..., 1964, p. 1).

Ainda na mesma edição, outra manchete chamava atenção – “Mensagem aos jovens militares”, cujo conteúdo, exaltava o papel importante realizado pelos militares brasileiros, passando ao público leitor a importância de apoiar as forças armadas. Nessa mesma edição, há um editorial de capa, ocupando todo a parte central da primeira página, defendendo o patriotismo e combate aos comunistas:

PALAVRA DE ORDEM DOS PATRIOTAS: [...] Sirva o acontecimento para mostrar aos que pensam em desviar o Brasil de seu caminho normal, apresentando-lhe soluções contrárias ao ideal democrático e ensejando a tomada do poder pelos comunistas, que o povo brasileiro jamais concordará em perder a liberdade, nem assistirá de braços cruzados o sacrifício das instituições (PALAVRA..., 1964, p.1).

Em edição de 07/04/1964, *O Globo* apresenta manifestações de apoio ao governo militar instaurado no país, sob o título “Sorte da Democracia”, estampado na primeira página, cujo conteúdo exalta a implantação do novo regime, necessário para conter a “destruição do país pelo governo anterior comunista”. Também comemora a melhora imediata no setor econômico, com a queda do dólar e a alta da venda de ações na Bolsa de Valores, dizendo que esse movimento trouxe “a esperança de modernização e abertura ao capital estrangeiro” (SORTE..., 1964, p. 1).

Ainda na mesma edição, o jornal destaca a apresentação dos chefes militares, de um projeto para que o país possa ser “descomunizado”:

OS CHEFES MILITARES APRESENTAM UM ATO INSTITUCIONAL PARA QUE O PAÍS POSSA SER DESCOMUNIZADO: Os líderes do Movimento Revolucionário Democrático estão levando à apreciação dos dirigentes partidários documento que engloba uma série de medidas que julgam imprescindíveis para o dismantelamento do processo comunizante. Apontam a providência como mais fundamental e mais premente que a própria eleição do novo Presidente da República (CHEFES..., 1964, p. 1).

Seguindo a mesma linha, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresenta manifestações de apoio à “Marcha da Família” e ao governo dos militares. Na edição de 20/03/1964, a capa do jornal traz uma fotografia ocupando todo o canto esquerdo, com a multidão que foi às ruas:





Meio milhão de paulistanos e paulistas manifestaram ontem em São Paulo no nome de Deus e em prol da Liberdade, seu repúdio ao comunismo e a ditadura e seu apego a Lei e a Democracia. Neste momento particular da vida do mundo (trecho ilegível) o ato dos paulistas adquire importância internacional (MARCHA..., 1964, p. 1).

Em 07/04/1964, *O Estado de S. Paulo* volta a manifestar posição de defesa dos militares, com um editorial ocupando todo o lado o esquerdo da capa, cujo título “Apoio a Castelo Branco” ressaltava a manifestação de populares que foram à casa de Castelo apresentar apoio a sua escolha como presidente da República, que agradeceu aos presentes com a seguinte mensagem: “O povo brasileiro já sentia na própria carne os desmandos de um governo que afastava os destinos do Brasil” (APOIO..., 1964, p. 1).

O apoio ao governo militar por parte dos periódicos, conforme nossa análise, se manteve praticamente até o final do regime. *O Globo* seguiu fiel ao governo militar até o fim, quando o povo novamente vai às ruas, pedindo a abertura política, no processo conhecido como redemocratização. *O Estado de S. Paulo* optou por uma postura de apoio até a década de 1970, quando questões econômicas voltam a aparecer na pauta do jornal, que vê naquele momento um desvio de interesses. As políticas intervencionistas dos militares já não agradavam tanto.

Essas posturas adotadas contribuíram para a construção de uma imagem *auto-heroica* dos jornais durante o período militar, pois, alegando sofrer censura (que variou de autocensura à censura prévia, com maior ou menor intensidade em vários momentos do regime militar), permitiu que eles se eximissem de qualquer postura crítica, já que usaram a defesa da democracia e combate ao comunismo como justificativas ao apoio dado para a implantação do período autoritário implantado pelos militares no Brasil.

Todavia, entendemos que esse apoio foi extremamente benéfico aos jornais representantes da grande imprensa, em especial a *O Globo* e a *O Estado de S. Paulo*, pois foi durante o período militar que eles acumularam mais capital, possibilitando a expansão de suas empresas jornalísticas. Usar a justificativa da censura como impossibilidade de denunciar os desmandos dos militares acabou contribuindo para a perpetuação desses veículos ao longo dos anos e, ainda, possibilitando que eles continuassem capazes de se





mostrar como *a voz da sociedade* na defesa dos interesses públicos, sem ter sua legitimidade abalada.

A partir daí, como bem exemplifica NAPOLITANO (2017), os jornais brasileiros<sup>2</sup> que manifestaram algum apoio à implantação do regime militar, a partir de 1977, iniciam seu afastamento, pois ele já não atende aos seus anseios:

Os discursos de elogio à cultura democrática que era gestada na sociedade civil, procurava se conciliar com a defesa de reformas democratizantes paulatinas, sempre ameaçadas de “retrocesso” pela pressão da “linha dura”. Foi também um período em que ficaram mais claros os matizes e variáveis dos jornais analisados. Houve jornais que trilharam a direção de uma consciência radicalmente democrática, procurando assimilar novas demandas da sociedade civil, como o *JB* e a *FSP*, enquanto *O Globo* se manteve governista e *OESP* radicalizava a crítica ao estatismo do governo Geisel, ao mesmo tempo que não se entusiasmava com os movimentos sociais de raiz mais popular que reocupavam as ruas (NAPOLITANO, 2017, p. 359).

Nesse sentido, apesar desses jornais nunca terem se mostrado simpatizantes de movimentos politizados das ruas, tanto na instauração do regime militar quanto no processo de redemocratização, a fim de se manterem como *vozes da sociedade*, foi necessário alinhar seus editoriais e discursos ao clamor social.

Assim, justificando seu apoio ao regime militar como necessário para conter um projeto comunista e que visava trazer crescimento econômico ao país, *O Globo* e *O Estadão* assumem uma postura mais atuante a partir da segunda metade da década de 1980. A grande imprensa posiciona-se como defensora dos interesses públicos no processo de abertura política e faz com que o jogo político tenha que se adequar às suas regras. Temos aí a definição do espaço público “agendado pelo sistema midiático, que daria os contornos do que seria ou não legítimo e do que deveria ou não ser prioritário” (FONSECA, 2011, p. 43).

Ainda segundo o mesmo autor:

Como dissemos, os órgãos da mídia são empresas capitalistas de comunicação, que, dessa forma, objetivam o lucro (em pouquíssimos casos há órgãos estatais ou públicos). Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua

---

<sup>2</sup> No caso de nossos objetos de análise, *O Globo* manteve seu apoio aos militares até a década de 1980 e *O Estado de S. Paulo* acabou manifestando seu descontentamento com o regime autoritário já na década de 1970.

mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns. Isso porque sua atuação implica um equilíbrio instável entre: formar opinião; receber influências de seus consumidores e sobretudo de toda a gama de anunciantes; relacionar-se com o Estado (renegociações de dívidas tributárias e previdenciárias, isenções, empréstimos, além de questões regulatórias, entre outras); e auferir lucro (FONSECA, 2011, p. 46).

Acreditamos ser impossível separar os interesses privados no momento em que os jornais assumem a posição de *defensores dos interesses públicos*. Suas pautas, de alguma forma, acabam sugerindo a defesa de interesses privados, por meio de uma agenda *pública*. “Pode-se dizer que os órgãos da mídia como um todo representam uma instituição em que [...] se mesclam o público e o privado, em que os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal” (FONSECA, 2011, p. 54).

Após a reabertura democrática, a grande imprensa volta seu olhar para a forma como a Assembleia Constituinte iria conduzir seus trabalhos, que definiriam a nova Constituição do país. E nesse cenário, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* apresentam-se apreensivos com a criação de direitos sociais que seriam incluídos na nova Carta Magna:

Para *OG*, que se mostra um vigoroso adepto da “ética do trabalho” – aliás, de forma semelhante a *OESP* –, os direitos sociais estariam: [...] na contramão da motivação fundamental e dos interesses do trabalhador; ou a Constituição ideal, na contramão do Brasil real. [...] Sorte pior [dados os efeitos negativos previstos – FF] a experiência faz prever para o aumento [...] da licença remunerada à gestante: a esse aumento corresponderá uma restrição, a restrição do mercado feminino de trabalho. [...] Concessões feitas em total descompasso com os efeitos não prejudicarão apenas os trabalhadores. [...] [mas também a] estabilidade institucional (FONSECA, 2011, p. 58).

264

Usando uma inversão de valores, os jornais em questão apresentam-se como defensores dos trabalhadores, mas criticando a licença gestante. Discurso semelhante é encontrado com relação ao abono salarial. Para esses periódicos, tais direitos diminuiriam o acesso ao trabalho. As medidas, para esses meios de comunicação, não seriam ideias progressistas e os direitos não eram vistos como um avanço, mas como um entrave ao crescimento econômico e à contratação de trabalhadores.

Trata-se de uma sofisticada estratégia de reformular o próprio vocabulário presente na Constituinte e no debate público, de tal forma que por “ideologia” se entenda tão-somente as propostas provenientes da “esquerda” e dos



“populistas”, que, por motivos diversos, agiriam em razão das “aparências” e não da “essência” do capitalismo “moderno” (FONSECA, 2011, p. 59).

Na mesma linha, os dois jornais atacam veementemente o direito de greve, publicando editoriais com críticas à legitimação das greves e de todo o capítulo da Constituição que trata sobre a organização do trabalho:

AS GREVES EM UM ESTADO INCOMPETENTE: As greves que irromperam em empresas estatais, principalmente nas áreas da siderurgia e do petróleo, mostram com clareza o quanto a sociedade é impotente diante dos resultados da intervenção do Estado na economia. [...] São exércitos de empregados que agem com todas as regalias, direitos e mordomias de funcionários públicos, promovendo greves que se iniciaram com reivindicações salariais e ganham, hoje, aspectos nitidamente políticos e ideológicos, que levam à violência. [...]. Tudo isso mostra a incompetência do Estado empresário que, ao centralizar tudo em suas mãos, mostra fragilidade ao negociar com os trabalhadores que sabem ter um opositor incompetente, politicamente minado e, acima de tudo, contaminado pela praga do empreguismo. [...] Se a CSN, a Usiminas, a Cosipa e todas as siderúrgicas tivessem sido privatizadas há tempo, como foram outras siderúrgicas em vários países europeus e nos Estados Unidos, se todo o ciclo de produção, transporte, processamento e comercialização do petróleo não estivesse protegido pelo monopólio estatal e entregue à Petrobrás, certamente a situação seria bem outra. Não seria isso que aí está (AS GREVES..., 1988, p. 3).

A condução dos trabalhos da Assembleia Constituinte por Ulysses Guimarães acabou sendo crucial para a definição do resultado da primeira eleição presidencial, pós período militar em 1989. Entendemos que *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* viam na figura desse político e de seus apoiadores o atraso na implantação de medidas que modernizassem o país.

As principais mudanças trazidas pela Constituição Brasileira de 1988, os direitos do cidadão foram os que ganharam mais inovações e ampliações: voto para analfabetos; respaldo legal para a greve e a liberdade sindical; trabalhadores rurais e domésticos integrando o direito trabalhista; redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 5 dias. Adquiriu-se direito ao abono de férias e ao 13º salário para os aposentados e, também, ao seguro desemprego e a férias remuneradas para os trabalhadores (BRASIL, 2016).

Após a promulgação da Constituição em 22/09/1988, a grave crise econômica em que o país se encontrava passou a ser a pauta recorrente nos jornais analisados. Essa





questão e a necessidade de se ter um modelo modernizador para o Brasil influenciaram diretamente na eleição de Fernando Collor de Mello.

De tal maneira que a eleição para presidente do Brasil de 1989 representou um marco no que se convencionou chamar de “mídia eleitoral”, possibilitando inúmeros estudos em especial os como o nosso que convergem mídia impressa e política, uma vez que conforme bem exemplificam Meyer e Hinchman: “a ciência política tem analisado a extensão das oportunidades sem precedentes que a mídia moderna pode oferecer aos políticos simbólicos capazes de cooptar a adesão dos cidadãos, de modo que ela possa redistribuir indiretamente os papéis entre diferentes atores do sistema político” (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 13). Ainda segundo os mesmos autores “a democracia partidária se transforma em democracia midiática” de forma que a maneira como a mídia passa a representar a esfera política “de acordo com suas próprias regras específicas e o modo como a própria natureza da política é transformada por seu desejo incessante de se submeter aos ditames da mídia” (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 14-15).

Dentro desse cenário, é natural que a imprensa da década de 1980 assumisse uma postura diferente dos anos anteriores, ainda mais após o término de uma série de restrições e limitações que foram implementadas no regime autoritário, como a própria censura aos veículos de imprensa, seja ela prévia ou não, o que determinou o fechamento de algumas folhas e o crescimento exponencial de outras, como no caso de *O Globo* e de *O Estado de S. Paulo*. Assim, os jornais analisados neste trabalho tornaram-se importantes formadores de opinião, utilizando-se da legitimação que lhes foi dada pelos próprios pares e pelo público leitor, levando “a informação” de forma objetiva e seguindo os preceitos do jornalismo moderno na tarefa diária de dar a notícia, construindo a autoimagem de agentes legítimos para representar os “interesses do público”, com uma participação mais denunciante e fiscalizadora.

À medida que o pleito eleitoral se aproximava, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* direcionavam seus discursos para a necessidade dos grandes partidos brasileiros escolherem candidatos que fossem capazes de modernizar o país, combater a corrupção e não tivessem vínculos com políticos tradicionais. As lideranças do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL) acabaram lançando



candidatos vistos pela imprensa como opostos a esse modelo, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, respectivamente.

Nesse contexto, cercado de forte aparato de *marketing político*, o então desconhecido e totalmente inexpressivo candidato Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), pautou suas propagandas eleitorais com frases chaves que rapidamente ganharam a simpatia do povo. As pesquisas eleitorais mostravam que a intenção de voto lhe daria a vitória naquela eleição (CONTI, 1999).

Os jornais aqui analisados mostraram preocupação em barrar a eleição de um candidato de esquerda, representados por Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), pois a eleição de um desses dois candidatos significava o retorno de um projeto comunista para o Brasil.

Assim, contando com o aporte de bons profissionais de *marketing*, aliado ao apoio da mídia, Collor acabou personificando a figura do *novo*, do *moderno*, capaz de salvar o Brasil de todas as suas mazelas, o que lhe garantiu a vitória naquela eleição (CONTI, 1999).

267

### Considerações finais

Neste artigo, procuramos demonstrar que apesar de em um primeiro momento, a postura dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* parecerem diferentes, em períodos distintos da História do Brasil, na verdade, entendemos que os mesmos se utilizaram de artifícios discursivos, para justificarem tais posturas, porém, com interesses bem delimitados.

A passagem do modelo de jornalismo francês (essencialmente político-literário) para um modelo norte-americano (a busca pelo ideal de objetividade e imparcialidade) possibilitou a formação do jornalismo empresarial no país.

Funcionando como empresas, os jornais passaram a defender interesses próprios e de seu público leitor, especialmente formado pelas elites empresariais. A velha bandeira de demonização do comunismo aparece tanto para justificar a implantação do regime militar quanto para eleger um candidato capaz de barrar a esquerda nas eleições presidenciais de 1989.

Assim, os jornais analisados, como parte da grande imprensa do Brasil, mantiveram-se presentes em momentos chaves de nossa história como formadores de opinião e, após grande acúmulo de capital, construído em especial no regime militar, passaram a atuar de forma bastante influente nas questões públicas.

Entendemos que somente a imprensa não é capaz de mudar os rumos do país. Todavia, é inegável o poder de penetração diária que ela exerce, influenciando na tomada de decisões e dos rumos políticos no Brasil.

Curiosamente, o discurso de combate ao comunismo permanece vivo até os dias de hoje. Em 2016, assistimos a um novo impeachment presidencial, com ampla cobertura por parte da imprensa nacional. E em nosso contexto atual, vários direitos trabalhistas e sociais, que eram malvistas por essa mesma grande imprensa após a reabertura democrática, finalmente passaram a ser *flexibilizados*, caminhando para a sua exclusão...

### Referências

- APOIO a Castelo Branco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 7 abr. 1964.
- BAHIA, Juarez. **Dicionário de jornalismo: século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html). Acesso em: 17 dez. 2017.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943**. Institui o curso de Jornalismo no sistema de ensino superior do País e dá outras providências. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/lei-do-curso-de-jornalismo/>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- CHEFES militares. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 39, p. 1, 20 mar. 1964.
- CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 6, p. 41-69, jul./dez. 2011.

FUNDAÇÃO O Estado de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 01, p.2, 04 de jan. 1875.

AS GREVES em um estado incompetente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 109, p. 3, 19 nov. 1988.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. **O Globo**: verbete. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MARCHA da Família e com Deus, ocorrida na cidade de São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 39, p. 1, 20 mar. 1964.

MARCHA da Família. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 20 mar. 1964.

MARINHO, Irineu. Memória. **O Globo**, 2013. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/irineu-marinho-9124075>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MEYER, Thomas. HINCHMAN, Lew. **Democracia midiática**: como a mídia coloniza a política, 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766>. Acesso em: 07 nov. 2017.

PALAVRA de ordem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 39, p.1, 20 mar. 1964.

PONTES, José Alfredo Vidigal. [Histórico]. **O Estado de S. Paulo**, [200-]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/historico/resumo/cont11.html>. Acesso em: 30 abr. 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, Lavinia Madeira. **Imprensa e espaço público**: a institucionalização do jornalismo no Brasil: 1080-1964. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.



SILVA, Marco Antônio Roxo da. Da luta de classes ao jornalismo neoliberal: imprensa e poder na década de 1980. **Eco-Pós**, v. 8, n. 2, p. 88-107, ago./dez. 2005.

SORTE da democracia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 39, 7 abr. 1964.

Submetido em: 17.01.2019

Aprovado em: 09.12.2019

